

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA
COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC
DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Decisão nº 37/ 2021 CMRI

Porto Alegre, 25 de maio de 2021.

Recurso nº 003388-21-82

Recorrente: Associação de Estudos e Projetos com Povos Indígenas e Minoritários - AEPIM

Órgão Requerido: SMDSE

Relator: Procuradoria-Geral do Município

1. Relatório

1.1 Resumo do pedido original

Trata-se de solicitação de informações sobre a execução de políticas públicas dos direitos dos indígenas, tais como: projetos que o Município vem desenvolvendo para estes, aportes orçamentários destinados para implementação de tais políticas, dentre outras ações e projetos ligados à matéria. Transcreve-se os questionamentos originais da solicitação:

1. Quais têm sido as ações realizadas, por esta Prefeitura Municipal de Porto Alegre, para garantir a sobrevivência material e imaterial dos povos indígenas que habitam Porto Alegre?
2. Tomando os termos do § 1º do Art. 200, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que "projetos especiais com vistas a valorizar a cultura indígena como parte da vida cultural do Município" têm sido realizados?
3. Fazendo referência especificada no § 2º do Art. 200 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, como o Poder Público municipal tem apoiado "as sociedades indígenas na organização de programas e estudos e pesquisas de suas formas de expressão cultural, de acordo com os interesses dessas sociedades e garantindo-lhes a propriedade do seu patrimônio cultural"?
4. Quais secretarias municipais possuem unidades administrativas voltadas para atenção aos povos indígenas?
5. Quais secretarias municipais possuem ações ou projetos voltados aos povos indígenas em Porto Alegre?
6. Qual foi o montante, respectivo a cada secretaria/unidade administrativa, de execução orçamentária nos últimos quatro anos cuja finalidade foi a assistência aos povos indígenas em Porto Alegre?

1.2 Razões do órgão/entidade requerida

A SMDSE relata dificuldades na busca das informações e/ou fornecimento dos dados, ora

requeridos, apontando trocas de gestores no período como entrave. Não obstante, alega que disponibilizou o acesso a alguns processos relacionados ao pleito.

1.3 Razões do recorrente

No recurso à CMRI, o requerente alega que não foram fornecidas as informações de forma direta e integral em relação a questões específicas das políticas públicas dos povos indígenas, pois fundamenta que a troca de gestores não é uma resposta plausível para não responder os questionamentos efetuados. A mera disponibilização de processos administrativos para o requerente, não atende de forma satisfatória, tendo em vista que o pleito requer respostas claras e objetivas, tais como: descrição das ações realizadas, indicações dos órgãos municipais executores e orçamento disponibilizado para os povos indígenas, dentre outras. O recorrente deseja que seja respondido, item a item, ao que foi solicitado, não sendo suficientes respostas genéricas. Por fim, informa que a SMDSE não concedeu acesso a pelo ou menos dois dos processos administrativos relacionados às solicitações.

2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto dentro do prazo legal de 10 dias da ciência da decisão, sendo dessa forma tempestivo e o requerente é parte legítima para recorrer e solicitar reexame da matéria.

3. Análise do mérito

As solicitações do recorrente estão amparadas nos artigos 231 e 232, da Constituição Federal; no art. 200 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre; na Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação); e no art. 9º do Decreto Municipal nº 19.990/2018, o qual estabelece que “qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades, referidos no art. 2º deste Decreto, mediante preenchimento de formulário próprio, em meio eletrônico, bem como em local centralizado para atendimento ao cidadão, cujo endereço será objeto de ampla divulgação”;

Não há qualquer impedimento constitucional ou legal de razões de ordem pública ou segurança estatal que justifique a negativa das informações.

Em verdade, os pedidos de informações se relacionam com a noção republicana de controle popular, responsividade e colaboração participativa dos cidadãos na gestão do Estado.

Assim, considerando que a solicitação do cidadão relacionada à disponibilização do acesso externo às referidas informações, esta Comissão Mista de Reavaliação de Informações da Administração Pública Municipal analisou o referido expediente, não sendo verificada nenhuma informação ou impedimento previsto na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal [12.527/2011](#)).

Em função do acima exposto, esta CMRI decide que a SMDSE deve responder um a um dos itens elencados no questionamentos da Associação de modo objetivo, com respostas diretas e específicas.

Ainda, deve conceder o acesso externo ao requerente dos processos administrativos relacionados ao pleito, ainda não disponibilizados pela Administração.

4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por dar provimento ao recurso.

5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificação do recorrente, da presente Decisão.

De acordo:

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – **SMPG**
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – **SMPG**
Coordenação de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Procuradoria Geral do Município – **PGM**

Gabinete do Prefeito – **GP**

Recurso CMRI nº 003388-21-82



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 26/05/2021, às 09:40, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 26/05/2021, às 09:43, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Baptista Franken, Técnico Responsável**, em 26/05/2021, às 10:04, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 26/05/2021, às 10:33, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 26/05/2021, às 10:49, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Dario da Silva Oliveira Junior, Servidor Público**, em 26/05/2021, às 14:05, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luig Almeida Mota, Servidor Público**, em 26/05/2021, às 19:24, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **13859053** e o código CRC **05836601**.

